

Palavra de honra

Na fase decisiva em que entra a Constituinte, ocorrem pronunciamentos e sortilégios lesivos à credibilidade dos parlamentares. Há pouco, o líder do PMDB alegou nada temer de documentos firmados por maioria porque «assinatura não é voto». Traduzido: o senador e o deputado ou renegam a própria assinatura ou estão sendo induzidos a fazê-lo. Ou cometê-lo.

Por seu turno, pequenos partidos e grupos «progressistas» revelam como progredem: armam um tipo de voto explícito, menos para comprovar a firmeza de convicção do autor do que para intimidá-lo.

Ora, voto não é objeto de medo ou coragem. É sufrágio, expressivo de uma vontade. No Parlamento, é, acima de tudo, o exemplo ético a ser seguido pelo eleitor comum.

O inconformismo com a derrota e o incômodo de ser minoria não podem conservar um costume cujo veneno já estertora o País.

No caso da liderança do maior partido, pode-se atribuir-lhe o sentido de recurso à obediência que lhe escapa.

Porém, como acontecem as coisas, nenhum partido se consolidou, filosófica ou numericamente. O fisiologismo atribuído por um ao outro é de todos. A diferença é que vale como arma teórica daqueles que não atingiram o poder, embora descuidem de confessar por que defendem a estatização senão por consistir no vasto campo de domínio contra a iniciativa privada, desde o indivíduo, em seu direito de passar de empregado a empregador, ao de aplicar talento sem a irveja do Estado-patrão, sempre de maneira compulsória distribuindo prejuízos, pois não é capaz de distribuir rendas com justiça.

O fenômeno do Centrão reflete simples contingência da tomada de posição contra dispositivos de possíveis desequilíbrios introduzidos na instância primária do projeto da Constituição. O rótulo de conservador, de direita, só desqualifica a minoria, teimosa no uso e abuso da obsoleta dialética dos extremos: a esquerda acusando de fascista e reacionária a direita e esta repetin-

do ser o comunismo bicho-papão, quando ambas trazem do passado a briga mais fisiológica da política. A diferença é de preferir o atacado ao varejo dos cargos. É o poder inteiro, apto à ditadura.

Em 1986, o povo elegeu seus representantes. Eles teriam de responder pelo compromisso da representatividade na Constituinte e no Congresso. A credencial bastaria por si, admitindo-se as manifestações de grupos em torno das Comissões e do Plenário num mero desempenho animador. Nunca, de pressão. Pois bem ou mal, a Nação se vê na vertente dos destinos: ou uma Constituição liberal, voltada para a conjugação do povo e Governo, do trabalho e capital, dos direitos e deveres — ou valerá tanto quanto o caráter do voto que anula a assinatura de quem dela participa e legitima-a, embora sob ressalva das restrições. Dispensam-se, portanto, exaustivos esforços para se identificar o que, enfim, se deseja e o que a sociedade exige em favor da confiança emanada da honra de uma palavra. Uma só.